

HABEAS CORPUS Nº 493.868 - RS (2019/0045987-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : LEONARDO MAZEPA BUCHMANN
ADVOGADO : LEONARDO MAZEPA BUCHMANN - PR058396
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : GERMANO MENEZES BORGES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, impetrado em favor de **Germano Menezes Borges**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (HC n. 5000507-57.2019.4.04.0000/RS).

Consta da inicial que o paciente foi preso em 10/1/2019, na companhia de seu pai, pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 18 c/c o 19, ambos da Lei n. 10.826/2003.

Na audiência custódia, o magistrado circunstanciou os fatos que ensejaram a prisão (fl. 62):

[...] Consta dos autos que no dia 10/01/2019, por volta das 00:00, Policiais Rodoviários Federais abordaram, na BR 153, durante fiscalização de rotina, o veículo VW Saveiro, branco, placas IVM 6629, conduzido por HERON FACCIO BORGES, e também tripulado pelo pai do condutor, o Sr. GERMANO MENEZES BORGES, que trafegava de Aceguá/RS no sentido de Porto Alegre/RS. Na ocasião, **ambos foram presos em flagrante porquanto acabaram de importar e estavam transportando significativa quantidade de armamentos, munições e acessórios de arma de fogo**, a saber: **25 lower Billet – culatra de fuzil AR15; 15 Lower Parts Kit – M16; 20 carregadores Magpull 30 – Fuzil 5.56; 3 carregadores Mafpull 40 – fuzil 5.56; 12 Ferrolhos AR15, 3 carregadores G17 Glock; 10 carregadores de pistola; 6 (seis) Reddot 1x20mm Rommeos Sksauer; 3 (três) ferrolhos de pistola Zen Technologies; 50 (cinquenta) cartuchos vazios de munição 556; 3 (três) canos para pistola 9mm, 3 (três) caixas com 50 unidades de munições; 1 carregador de pistola 9mm Glock, 2 4 munições; 5 componentes de fuzil Upper Reveiver 7.62; 5 kits armação em polímero P80 para pistola 9mm; 2 estojos para pistola; 1 caixa com 3 unidades de DIES para recarga de munição 5.56; 1 medidor digital de pressão de gatilho; 1 bloco de torno para fuzil; 1 kit conversor de munição; 2 lunetas para fuzil; diversos componentes extras para fuzil; mais acessórios para armas (Auto de Apresentação e Apreensão nº 02/2019 DPF/BGE/RS - evento 1, doc. 2). Em poder dos flagrados, também foram apreendidos celulares.**

A abordagem em comento se deu porquanto, em momento anterior no dia 09/01/2019, especificamente às 19h, também em abordagem de rotina, os policiais rodoviários federais responsáveis pelo flagrante abordaram outro veículo – um VW Gol, preto, placas ISR 2070, de Rio Pardo/RS, que era conduzido por RALED SPRENGER DEEB THMAN. Em que pese nada tenha sido encontrado no referido veículo, em consulta ao sistema, a Polícia Rodoviária Federal obteve a informação de que o sr. RALED possuía passagens por tráfico de armas, o que – somado à circunstância de que ele se mostrou agitado durante a abordagem e fez diversas ligações telefônicas – levantou a suspeita de que ele poderia estar atuando como “batedor” de outro automóvel. Em razão deste fato, os policiais ficaram atentos aos outros veículos que trafegaram naquele sentido na região, o que culminou nas prisões e apreensões objeto do presente comunicado. Nesse sentido, cabe destacar que ambos os flagrados residem na cidade de Rio Pardo/RS (local de origem do veículo conduzido por RALED), o que representa mais um forte indicativo da conexão entre as duas abordagens.

Ao converter a prisão em flagrante em preventiva, o magistrado assentou o seguinte (fls. 63/64):

[...]

Em análise sumária, portanto, a prova da materialidade encontra-se consubstanciada pelos depoimentos prestados no auto de prisão em flagrante, sendo os indícios da autoria presentes pelo fato de os autuados terem sido capturados em flagrante delito.

Em nosso sistema jurídico, a prisão preventiva, por ser de caráter cautelar, somente pode ser imposta se estiverem presentes, no caso concreto, os pressupostos autorizadores do *fumus comissi delicti* e do *periculum libertatis*, bem como se restar devidamente demonstrada a presença de ao menos um dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela lei nº 12.403/11 i.e., se a segregação se mostrar necessária para a garantia da ordem pública ou da ordem econômica, para a conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Ademais, a prisão preventiva somente poderá ser imposta quando se mostrar inviável a aplicação de quaisquer outras medidas cautelares pessoais previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, em atenção ao princípio constitucional que toma a liberdade como regra, e a prisão como exceção, e em observância ao comando expresso trazido pela nova redação do artigo 282, § 6º, do aludido diploma legal.

Analisado o presente caso à luz desse quadro normativo, verifica-se que, na espécie, o *fumus comissi delicti* se encontra devidamente demonstrado em face da situação de flagrância evidenciada pela cópia do Auto de Prisão em Flagrante, cujo teor das declarações prestadas à Autoridade Policial pelo condutor, pela testemunha e pelos presos são congruentes e harmônicas entre si e pelo Auto de Apresentação e Apreensão de nº 2/2019, que confirmou a apreensão do armamento.

É importante dizer também que a pena cominada ao crime de tráfico

internacional de armas é de 04 a 08 anos e multa, o que torna possível a decretação de prisão preventiva, forte no art. 313, I, do Código de Processo Penal. Ademais, no presente caso, por terem sido apreendidos armamentos de uso restrito/proibido, a pena ainda é aumentada da metade, na linha do disposto no art. 19 da Lei n.º 10.826/03.

No caso em comento, restam presentes dois requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente a necessidade da prisão preventiva para a garantia da ordem pública e para a conveniência da instrução criminal.

Ademais, como bem assinalado pelo MPF em sua manifestação (evento 05, sem destaque no original):

Com efeito, a conversão da prisão mostra-se necessária sob o prisma da garantia da ordem pública, a fim de evitar a possível reiteração de delitos de tráfico de armas, sobretudo se considerada a grande quantidade de armamentos apreendidos e sua diversidade.

No presente caso, é nítido que a gravidade concreta do delito praticado extrapola dos limites normais, pois a diversidade e quantidade de material apreendido indicam que tais armamentos seriam direcionados a uma (ou a várias) organização criminosa.

Ademais, a circunstância de ter sido abordado, horas antes, sujeito em veículo com placas também de Rio Pardo (cidade de residência dos flagrados) com histórico na prática do crime de tráfico de armas, também indica que a conduta praticada se deu em um contexto organizado de concurso de agentes/organização criminosa.

Não bastassem esses elementos, os depoimentos dos flagrados contraditórios entre si demonstram que tentam ocultar a verdade dos fatos e omitir seu real conhecimento acerca dos demais agentes envolvidos na prática delitiva bem como dos materiais por eles transportados.

Nesse sentido, embora as percepções pessoais possam ser diferentes, causa estranheza que um dos flagrados tenha descrito o responsável pela entrega como alguém de estatura normal, de cabelos brancos e por volta de 65 anos, enquanto o outro o descreveu como baixo, aduzir a impossibilidade de saber a cor dos cabelos pelo uso de boné e indicou a possível idade de 40 anos. Mostra-se, portanto, conveniente para a instrução penal a segregação cautelar dos flagrados, o que pode auxiliar na descoberta dos demais envolvidos e de outras circunstâncias que envolvem o caso.

Ainda, destaca-se que, em análise aos antecedentes criminais juntados aos autos (evento 4), constata-se que ambos os flagrados possuem antecedentes criminais, inclusive pelos crimes de furto e receptação, o que indica também que a prática de delitos é algo habitual na vida de ambos.

Outrossim, não existe, nos autos, comprovação idônea dos endereços informados. E, em se tratando de criminalidade transnacional, deve o Magistrado ter cuidado redobrado ao conceder a liberdade provisória, não apenas pelo risco de continuidade delitiva, mas especialmente pelo maior perigo de fuga.

Insta registrar, por oportuno, que as medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP, nesse momento, se mostram insuficientes em especial ao fim de garantir a ordem pública, conforme demonstrado acima.

XV - Ante o exposto, entendendo regular a prisão, e, convertendo o flagrante, **DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA** dos flagrados abaixo

discriminados, por estarem presentes indícios de autoria e materialidade, buscando-se, com a medida, a garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal (art. 312, CPP).

[...]

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que denegou a ordem com relação ao ora paciente, ao seguinte fundamento (fl. 33):

[...]

Com efeito, no tocante ao paciente Germano, não há falar em ilegalidade a ser sanada na imposição da segregação cautelar que atende aos requisitos do art. 312 do CPP, buscando-se, com a medida, preservar a ordem pública e a aplicação da lei penal, considerada, ainda, a existência de elementos quanto à materialidade delitiva, bem como de fortes indícios de autoria.

[...]

Daí, sobreveio o presente *habeas corpus*, no qual a defesa apontou ilegalidade na fundamentação empregada pelo juízo processante, decorrente: do uso inadequado da técnica *per relationem*; da inexistência de fundamentação para a prisão preventiva; e da ausência de fundamentação para não aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Pugnou, assim, em liminar e no mérito, pela revogação da prisão preventiva e, subsidiariamente, pela substituição da prisão por cautelares diversas da prisão (fls. 3/25).

É o relatório.

A concessão de liminar é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, **o que não ocorre no presente caso**, no qual, nesse exame preliminar, ficaram devidamente demonstrados os indícios de autoria e a materialidade delitiva, bem como delineada a **gravidade concreta do delito** – extraída das circunstâncias do crime (quantidade e diversidade de armas e munições, inclusive de grosso calibre e de uso restrito) – fls. 59/65.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado

constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações ao Juízo da 1ª Vara Federal de Bagé - SJ/RS sobre a atual situação do Processo n. 5000025-25.2019.4.04.7109/RS e do ora paciente, devendo a autoridade judicial informar a senha de acesso aos andamentos processuais.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

